



# Primeira Infância em primeiro lugar

Como garantir o  
direito à creche  
com qualidade  
e equidade

Gestão democrática  
Muito além de  
uma simples escolha

Tudo novo  
As mudanças no  
cotidiano escolar

PNE  
Por um novo Plano  
que faça a diferença





# Educação para a **TRANSFORMAÇÃO**

Na **Fundação Santillana**, acreditamos na educação como o principal catalisador para a construção de um mundo mais justo e equitativo para todos. Temos o compromisso de contribuir para a superação das desigualdades educacionais por meio de nossas iniciativas — como livros, cursos, podcasts, prêmios e eventos gratuitos.

Atuamos em parceria com uma ampla rede de organizações nacionais e interna-

cionais, oferecendo propostas diversificadas, boas práticas e debates em prol de uma escola mais **democrática, inclusiva e sustentável**. Reforçamos, assim, nosso compromisso com a Educação Básica e com o desenvolvimento intelectual, social e emocional de crianças e jovens, por meio do conhecimento e da aprendizagem ao longo da vida. Também promovemos o debate educativo e reafirmamos nossa crença no poder transformador da educação.

# Conheça mais das **iniciativas** da **Fundação Santillana!**



## **Cursos virtuais gratuitos!**

Educadores desempenham um papel fundamental na formação de crianças e jovens. Pensando nisso, a **Fundação Santillana** oferece cursos online gratuitos, desenvolvidos especialmente para apoiar, aprimorar e enriquecer as práticas pedagógicas desses profissionais.

### **NOSSAS FORMAÇÕES:**

• **Educação Inclusiva:** com total de 20 horas e certificado. O conteúdo aborda os fundamentos da educação inclusiva.

• **Educação midiática:** com total de 10 horas e certificado. O curso oferece sugestões para a promoção pedagógica de uma análise crítica e responsável dos conteúdos da era digital.

• **Educação para o desenvolvimento sustentável:** com total de 50 horas e certificado. O conteúdo aborda a temática da Agenda 2030 e orienta a prática docente.





#### **Presidência**

Alessio Costa Lima  
Dirigente Municipal de Educação  
de Ibareta/CE

#### **Vice-presidência**

Silvio Aparecido Fidelis  
Dirigente Municipal de Educação  
de Nobres/MT

#### **Secretaria de Assuntos Jurídicos**

Marcia Aparecida Baldini  
Dirigente Municipal de Educação  
de Cascavel/PR

#### **Secretaria de Coordenação Técnica**

Antonia Rodrigues da Silva

#### **Secretaria de Articulação**

Ednamar Aparecida da Silva  
Cardoso Assunção

#### **Secretaria de Comunicação**

Jose Marques Aurélio de Souza  
Dirigente Municipal de Educação  
de Jucás/CE

#### **Secretaria de Finanças**

Anderson Passos dos Santos  
Dirigente Municipal de Educação  
de Aratuípe/BA

#### **Presidência da Região Centro-Oeste**

Leonardo Santa Cecília

#### **Presidência da Região Nordeste**

Josevanda Mendonça Franco

#### **Presidência da Região Norte**

Luslarlene Umbelina Souza Fiamett  
Dirigente Municipal de Educação  
de Santa Luzia D'Oeste/RO

#### **Presidência da Região Sudeste**

Luiz Miguel Martins Garcia  
Dirigente Municipal de Educação  
de Sud Mennucci/SP

#### **Presidência da Região Sul**

Maristela Ferrari Ruy Guasselli

#### **Suplentes**

##### **Suplente da Secretaria de Assuntos Jurídicos**

Andreika Asseker Amarante  
Dirigente Municipal de Educação  
de Igarassu/PE

##### **Suplente da Secretaria de Coordenação Técnica**

Fernanda Pinheiro de Abreu

##### **Suplente da Secretaria de Articulação**

Vilmar Lugão de Brito  
Dirigente Municipal de Educação  
de Jerônimo Monteiro/ES

##### **Suplente da Secretaria de Finanças**

Djalma Barros Siqueira Neto  
Dirigente Municipal de Educação  
de Feliz Deserto/AL

##### **Suplente da Secretaria de Comunicação**

Cargo vago

##### **Vice-presidência da Região Centro-Oeste**

Paulo Madson Vieira da Silva

##### **Vice-presidência da Região Nordeste**

Michael Lopes da Silva

##### **Vice-presidência da Região Norte**

Cargo vago

##### **Vice-presidência da Região Sudeste**

Osório Luís Figueiredo de Souza  
Dirigente Municipal de Educação  
de Cachoeiras de Macacu/RJ

##### **Vice-presidência da Região Sul**

Alex Cleidir Tardetti  
Dirigente Municipal de Educação  
de São Lourenço do Oeste/SC

##### **Conselho Fiscal**

###### *Titulares*

Shirliane Monteiro de Lima Sampaio  
Dirigente Municipal de Educação  
de Igarapé Grande/MA

Joária de Araújo Vieira  
Dirigente Municipal de Educação  
de Rio do Fogo/RN

Luiza Rodrigues de Souza Brasileiro

#### **Suplentes**

Eliane Rodrigues de Moraes  
Dirigente Municipal de Educação  
de Francinópolis/PI

Alsione Pereira de Alencar Sulbaran  
Dirigente Municipal de Educação  
de Pacaraima/RR

Karla Cristina Palha Barbosa  
Dirigente Municipal de Educação  
de Itaubal/AP

#### **Equipe**

##### **Coordenação Institucional**

Maria Edineide de Almeida Batista

##### **Assessoria de Políticas Públicas Educacionais**

Vivian Ka. Fuhr Melcop

##### **Assessoria de Projetos**

Vilmar Klemann

##### **Administrativo**

Fátima Soares  
José Lucena de Sousa Júnior  
José Nilson Melo  
Marcia Mesquita  
Wendell Assunção

##### **Projetos**

Renata Dias  
Jéssica Almeida

##### **Comunicação**

Joana Saraiva  
Vanelle Oliveira

#### **Revista Educação Municipal 2025**

##### **Coordenação Editorial e Reportagem**

Deborah Trevizan

##### **Reportagem**

Wander Otoni  
Arlton Batista

##### **Revisão**

Raquel Siqueira

##### **Design Gráfico**

Marcela Souza

Apoio na impressão

**Fundação Santillana**

Tiragem 9.000 de exemplares

Email: undimenacional@undime.org.br

Portal: undime.org.br

Endereço: SCS – Q. 6 – Bl. A – Ed. Carioca – salas 601, 608, 610 a 615

CEP: 70.325-900

Brasília (DF)

Telefone: 61 3037-7888





# Compromisso com a equidade, a democracia e o pacto federativo

Nesta edição da *Revista Educação Municipal*, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) reafirma seu compromisso com a defesa da educação pública, gratuita, democrática, igualitária e de qualidade, valorizando os avanços conquistados e alertando para retrocessos que colocam em risco direitos fundamentais.

Nos últimos dois anos, a Undime esteve presente nos principais debates nacionais: atuou diretamente na Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade (CIF), defendeu o aprimoramento dos critérios do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR) no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), contribuiu com a reformulação do Plano de Ações Articuladas (Novo PAR) e fortaleceu a mobilização em torno do compromisso pela alfabetização. Também participou ativamente do Fórum do Piso Salarial para os profissionais do magistério público da educação básica, da cons-

trução de parâmetros de qualidade e equidade da educação infantil, da discussão sobre a implementação da BNCC Computação, e dos debates sobre a nova proposta do Plano Nacional de Educação (PNE), sempre com o olhar atento às redes municipais.

A Undime tem sido, ainda, voz firme na defesa da gestão democrática nas escolas, diante de tentativas de enfraquecimento dos processos participativos. Por isso, esta edição dedica atenção especial aos riscos existentes e aos caminhos possíveis para preservar esse princípio constitucional.

Outro tema central abordado nesta edição é a defesa dos direitos da Primeira Infância. Com a criação do Biênio da Primeira Infância e o fortalecimento do marco legal, a Undime tem atuado para que a ampliação do acesso à creche ocorra com qualidade e equidade. A matéria de capa apresenta os desafios enfrentados pelos municípios e destaca as ações estratégicas da entidade: produção de orientações técnicas, apoio à implementação dos Planos Municipais pela Primeira Infân-

cia, articulação com o Ministério da Educação (MEC) e o Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Brasil (Gaepe-Brasil), e incidência qualificada na CIF. Essa atuação tem sido decisiva para garantir que as ponderações do Fundeb considerem as especificidades da etapa.

Essa edição aborda ainda os desafios da educação especial na perspectiva inclusiva com depoimentos dos presidentes das 26 seccionais da Undime, a queda nas matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) revelada pelo último Censo Escolar, além de apresentar resultados de uma pesquisa qualitativa que aponta os obstáculos e traz recomendações sobre a etapa dos anos finais do ensino fundamental.

Para a Undime, é fundamental que gestores e gestoras atuem com planejamento, colaboração e compromisso com a equidade. Seguiremos firmes como parceira das redes municipais, fortalecendo a escuta, a formação e a construção coletiva de políticas públicas que façam a diferença no chão da escola.

**Alessio Costa Lima**

Dirigente Municipal de Educação de Ibaretama/CE  
Presidente da Undime



16

8

Entrevista  
presidente:  
Protagonismo  
municipal

10

Currículos devem  
incorporar  
Computação  
para garantir  
o cumprimento  
de uma das  
condicionalidades  
da  
complementação  
VAAR



Novo PAR:  
planejamento com  
foco no diagnóstico  
das redes e uso do  
Censo Escolar

18

PNE:  
novo plano,  
velhos e  
novos  
desafios

20

12

Os principais  
desafios da  
educação  
especial na  
perspectiva  
inclusiva

Cotidiano escolar em  
transformação: caminhos  
para a convivência



22

Gestão democrática: qualidade e equidade na escola pública



25

Primeira Infância no centro



28

Com foco na otimização da gestão escolar, plataforma integra dados da Educação Básica

30

Pesquisa inédita aponta desafios e recomendações para os Anos Finais do Ensino Fundamental

33

Como proteger crianças e adolescentes de violências por meio da Busca Ativa Escolar

36

A Educação de Jovens e Adultos e o desafio de mudar a realidade



# Protagonismo municipal

Alessio Costa Lima

A União Nacional dos Dirigentes Municipais (Undime) tem consolidado sua atuação como agente estratégico, técnico e político na condução das políticas públicas para a educação básica. Nesta entrevista para a Revista Educação Municipal, o presidente da Undime e dirigente municipal de Educação de Ibaretama/CE, Alessio Costa Lima, destaca como a entidade tem contribuído para o aprimoramento de políticas estruturantes, como a nova Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e suas condicionalidades, a política de alfabetização e a ampliação do tempo integral. Ele também enfatiza a importância da participação ativa dos dirigentes e equipes técnicas em regime mais colaborativo com o governo federal.

**Qual é a importância do novo Fundeb como modelo de financiamento para os municípios?**

É um marco legal histórico, resultado de muita luta, que trouxe avanços importantes para a educação básica pública. Ele tornou o financiamento mais equitativo, ao estabelecer complementações como o VAAF, o VAAT e o VAAR, direcionadas aos entes com menor capacidade de investimento. O VAAR, em especial, tem caráter indutor: estimula a melhoria

dos resultados educacionais mediante o cumprimento de condicionalidades. É essencial que os dirigentes se apropriem desses conceitos, pois, na maioria dos municípios, o Fundeb representa a principal fonte de recursos para a manutenção da educação.

**A exigência de redução das desigualdades é um desafio muito grande para as redes?**

Sem dúvida, mas é também uma mensagem poderosa. A nova

lei do Fundeb cumpre o papel de sinalizar para os gestores que não basta melhorar os resultados médios, é preciso garantir que essa aprendizagem chegue a todos. Se um município não estiver comprometido em reduzir desigualdades, ele não terá acesso aos recursos do VAAR. Isso obriga as redes a olharem com mais atenção para grupos historicamente prejudicados pelo racismo ou por condições socioeconômicas, e a tomarem medidas concretas para garantir a equidade.

**Sobre alfabetização, como avalia o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada?**

É uma macropolítica essencial para garantir o direito à alfabetização. O país não pode aceitar que apenas 56% das crianças estejam alfabetizadas ao final do 2º ano. O objetivo é chegar a mais de 80% até 2030. O Compromisso tem uma boa estrutura: formação de professores, material didático, avaliações e uma plataforma de monitoramento. A criação do selo “Criança Alfabetizada” tem engajado os municípios, e a Undime participou ativamente da construção dessa política, incluindo o modelo de governança que envolve o Comitê Estratégico Nacional do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada [Cenac] e a Rede Nacional de Alfabetização [Renalfa].

“A Undime deixou de ser apenas executora para ser corresponsável pela construção das políticas educacionais.

Alessio Costa Lima



**Qual é o diferencial dessa política de alfabetização?**

O grande diferencial é o fortalecimento do regime de colaboração federativa. Quando as três esferas de governo atuam juntas, alinhando recursos humanos, financeiros e materiais, o impacto é muito mais efetivo. A política também está estruturada em eixos como formação, materiais didáticos e avaliações processuais, que são fundamentais para monitorar o progresso ao longo do ano.

**Como a Undime atuou para garantir maior financiamento para a educação infantil no âmbito do Fundeb?**

A Undime sempre defendeu uma ponderação maior para a educação infantil, especialmente para a creche em tempo integral. Esse esforço resultou em uma conquista histórica: pela primeira vez, o per capita da educação infantil em tempo integral superou o de outras etapas e modalidades educacionais. Em mais de 20 anos de Fundef [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério] e Fundeb, isso nunca havia acontecido.

**Houve avanços no financiamento de outras modalidades, como a EJA?**

Sim. A Educação de Jovens e Adultos [EJA], que sempre teve ponderação de 0,8 [indicando 20% menos recursos], passou a ter ponderação de 1, o que garante o mesmo nível de financiamento das outras etapas. Essa foi uma conquista importante. Também houve avanços significativos nos valores destinados à educação do campo, quilombola e, principalmente, indígena.

**E quanto à política de tempo integral?**

Estamos integrados à Rede Nacional de Articuladores do Programa Escola em Tempo Integral [Renapeti], que organiza a política de escolas de tempo integral. O desafio principal é garantir a alimentação escolar, que tem custo elevado, com a oferta de pelo menos duas refeições por dia. Embora o governo federal tenha aumentado os repasses, o valor per capita ainda está muito abaixo do que os municípios investem. A alimentação escolar é um direito dos estudantes e deve ser financiada de forma complementar, como estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação [LDB].

**Como avalia a posição da Undime nas atuais políticas educacionais?**

A Undime deixou de ser apenas uma executora de políticas e passou a ser corresponsável por sua construção. Hoje, ocupamos espaços estratégicos, levamos contribuições técnicas e pedagógicas, e somos ouvidos pelo Ministério da Educação. Essa mudança de paradigma é fruto de um trabalho coletivo, que valoriza a escuta dos territórios e fortalece o regime de colaboração.



# Novo PAR: planejamento com foco no diagnóstico das redes e uso do Censo Escolar

*Ministério da Educação reformula o Plano de Ações Articuladas (PAR), e o ciclo 2025-2028 marca o início de uma nova concepção: o Novo PAR deixa de ser uma ferramenta meramente voltada para a captação de recursos e passa a atuar como um instrumento de análise e planejamento estratégico*

Criado em 2007, o PAR nasceu com a proposta original de servir como diagnóstico e planejamento, mas ao longo do tempo foi perdendo esse caráter. Ao final do quarto ciclo, em 2024, havia se tornado essencialmente um meio de solicitar itens como ônibus e computadores. A nova gestão do Ministério da Educação (MEC) optou por não dar sequência direta ao plano e evitou o termo “PAR 5”. “Preferimos chamar de Novo PAR porque é, de fato, uma reformulação profunda, feita a muitas mãos”, explica João César da Fonseca Neto, coordenador-geral de Apoio às Redes de Educação Básica do MEC.

A transformação começa pela lógica de funcionamento: o plano agora parte de um olhar aprofundado para a realidade local, com base em dados do Censo Escolar. Os gestores devem compreender o cenário da rede, identificar prioridades e, só então, planejar metas e ações.

Segundo Kátia Schweickardt, secretária de Educação Básica do MEC, a reformulação foca a

gestão baseada em evidências. “A lógica é fazer com que as redes pensem e planejem com estratégia. O planejamento não é um fim em si mesmo; ele precisa refletir a realidade do território. E esse território é vivo, por isso é essencial

“ A experiência e a escuta dos técnicos das redes foram essenciais para que o novo modelo dialogasse com a realidade local e não fosse apenas uma diretriz de cima para baixo.

João César da Fonseca Neto, coordenador-geral de Apoio às Redes de Educação Básica do MEC

garantir um planejamento cíclico, que se retroalimente”, completa a secretária.

O Novo PAR está estruturado na construção coletiva envolvendo MEC, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e participação ativa da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime, representando as secretarias municipais de educação) e do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed, representando as secretarias estaduais), em uma colaboração que fortalece o regime entre União, estados, Distrito Federal e municípios.

## **Diagnóstico com base em dados e painéis interativos**

Uma das principais inovações do Novo PAR é a forma como o diagnóstico é apresentado. Agora ele se apoia em dados oficiais, organizados em quatro painéis interativos: contexto, resultados, insumos e financiamento. “O diagnóstico mudou completamente. Não é mais aquele questionário extenso, com perguntas difíceis ou repetidas do Censo Escolar. Agora ele é baseado em dados oficiais e apresentado de forma intuitiva”, explica João César.

Cada painel apresenta informações de maneira visual e acessível, com cores que funcionam como faróis (verde, amarelo, vermelho e azul), para ajudar o gestor a identificar pontos fortes e gargalos.

# Sistema mais amigável e planejamento vinculado ao diagnóstico

O Novo PAR também conta com uma plataforma digital própria, ligada ao Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec), porém com navegação mais amigável e intuitiva, especialmente na etapa de diagnóstico. A fase de planejamento será lançada ainda em 2025.

A proposta é que o gestor parta do diagnóstico para selecionar objetivos estratégicos, definir metas anuais e planejar ações concretas. Por exemplo, se um município não tiver atingido a meta de 50% de matrículas, o sistema vai sugerir como objetivo “ampliar o acesso”. A partir disso, será possível estabelecer metas progressivas (por exemplo, 30% em 2025, 40% em 2026 e 50% em 2027), e planejar ações na gestão (realocar ou contratar profissionais), na formação (capacitar professores e gestores), nas práticas pedagógicas e na infraestrutura (construir ou ampliar creches). “Veja que não é um pedido solto. Ele está conectado com o diagnóstico, o objetivo e as metas”, pontua João César. Com base nesse planejamento, o MEC poderá alocar recursos de forma mais estratégica e técnica.

## Fortalecimento da gestão e conexão com a política de educação básica

O Novo PAR foi concebido como instrumento de fortalecimento da gestão educacional, conectado às diretrizes da política nacional de educação

básica. Seu objetivo é contribuir para a democratização, a garantia do direito à aprendizagem com qualidade e a melhoria das condições de oferta educacional.

A reformulação envolveu todas as secretarias do MEC — Secretaria de Educação Básica (SEB); Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase); Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi); e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) —, além de parceiros como Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A Undime teve papel estratégico desde o início, tanto no Comitê Estratégico quanto em grupos técnicos. “A experiência e a escuta dos técnicos das redes foram essenciais para que o novo modelo dialogasse com a realidade local e não fosse apenas uma diretriz de cima para baixo”, destaca João César.

Por fim, a secretária Kátia Schweickardt lembra que o Novo PAR é um processo contínuo: “O novo ciclo não termina com o envio do plano. A ideia é que os dados alimentem constantemente o planejamento, que deve ser um processo vivo, com monitoramento e ajustes contínuos”.

## CONTEXTO

Retrato detalhado do território: número de escolas, matrículas, professores, recortes por raça/cor, tempo integral, entre outros

## RESULTADOS

Vai além do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e inclui evasão, abandono, taxa de atendimento e proficiência — apresentando não só o retrato atual, mas a evolução histórica desses indicadores

## INSUMOS

Traz dados sobre infraestrutura, formação continuada, práticas pedagógicas, avaliação e gestão

## FINANCIAMENTO

Inédito, exhibe projeções do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Salário-Educação, complementações (Valor Aluno Ano Total, VAAT, e Valor Aluno Ano Resultado, VAAR), saldos em conta dos programas federais e histórico de receitas e despesas





# Quais são os principais desafios da educação especial na perspectiva inclusiva?

“ Os principais desafios da educação inclusiva envolvem a formação continuada dos profissionais, o financiamento e a oferta de recursos acessíveis, a estruturação dos serviços de apoio e a superação das desigualdades, assegurando equidade e participação plena dos estudantes com necessidades especiais.



**Djalma Barros**  
DME de Feliz Deserto/AL  
Presidente da Undime/AL

“ O grande desafio é transformar políticas em práticas cotidianas, em que a escola seja um espaço de acolhimento, pertencimento e desenvolvimento pleno de todas e todos. A educação inclusiva, antirracista e intercultural não é apenas um direito, mas um dever do Estado e uma responsabilidade coletiva.



**Anderson Passos**  
DME de Aratuípe/BA  
Presidente da Undime/BA

“ Os principais desafios da educação inclusiva vão além da falta de recursos, da formação inadequada dos educadores, das barreiras físicas e tecnológicas, das atitudes e estigmas negativos, e da falta de apoio às famílias. Em suma, um grande desafio está na falta de percepção da sociedade quanto à superação do preconceito e da discriminação. A educação inclusiva de qualidade e com equidade exige uma mudança de atitude da comunidade escolar, incluindo professores, alunos, familiares e sociedade, adequando as oportunidades para a garantia de que todos(as) sejam respeitados e valorizados.



**José Marques Aurélio de Souza**  
DME de Jucás/CE  
Presidente da Undime/CE

“ A inclusão exige que educação, saúde e assistência social olhem juntos para o estudante. O aumento das matrículas revela o desafio da formação docente e da adaptação curricular, pois muitos ainda não se sentem preparados para garantir o direito de aprender.



**Karla Janys Lima Nascimento**  
DME de Açailândia/MA  
Presidente da Undime/MA

“ A educação inclusiva carece de muitos avanços para ser efetivada: a aceitação dos pais de que a criança precisa ser vista com outros olhos; a aceitação da família dos alunos que estudam com crianças especiais; a ordenação das escolas para oferecer um trabalho qualificado, visto que são necessárias salas de autorregulação e profissionais com formação adequada para esse tipo de serviço. Ou seja, é um direito regulamentado que precisa de alguns ajustes para ocorrer de fato. Muito já foi feito e muitas ações ainda precisam ser realizadas de forma holística e direta.



**Ana Paula Nunes da Silva**  
DME de Princesa Isabel/PB  
Presidente da Undime/PB

Garantir a educação inclusiva passa pela infraestrutura acessível, material adaptado, financiamento adequado, profissionais qualificados e, principalmente, uma cultura inclusiva. Construir um ambiente em que, independentemente de características individuais, todos sejam respeitados e tenham igualdade de oportunidades, que supere o capacitismo e garanta na prática uma educação para todos é um dos grandes desafios para a inclusão.

**Andreika Asseker Amarante**  
DME de Igarassu/PE  
Presidente da Undime/PE



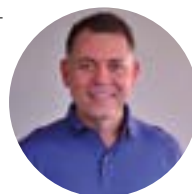
A Undime/RN defende a educação inclusiva como direito de todos, conforme previsto na legislação. Nos municípios, persistem desafios como a falta de formação continuada, de recursos pedagógicos acessíveis e de profissionais de apoio. Nós reforçamos a importância do planejamento estratégico, da articulação intersetorial e de orçamento específico para superar barreiras e garantir a aprendizagem de estudantes com deficiência.

**Petrúcio de Lima Ferreira**  
DME de Goianinha/RN  
Presidente da Undime/RN



A educação inclusiva busca garantir o direito à aprendizagem e a participação de todos os alunos, independentemente de suas condições. Contudo, sua implementação enfrenta desafios, como a formação insuficiente dos profissionais, que dificulta a adaptação do ensino às diversas necessidades. A falta de infraestrutura adequada — acessibilidade, materiais adaptados e recursos tecnológicos — também compromete a inclusão. Além disso, apesar das legislações vigentes, a efetivação depende de políticas públicas eficazes e financiamento para capacitação, infraestrutura e recursos.

**Alysson Bestene**  
DME de Rio Branco/AC  
Presidente da Undime/AC



Os principais desafios para garantir uma educação inclusiva são: formar professores para lidar com a diversidade em sala de aula, adaptar o currículo para atender às necessidades de todos os estudantes, garantindo um ensino personalizado com aprendizagem significativa, além de implementar políticas públicas efetivas que promovam a inclusão.

**Érica Graziela Benício de Melo**  
DME de Domingos Mourão/PI  
Presidente da Undime/PI



Para os dirigentes municipais de educação temos como principais desafios a falta de recursos financeiros para efetivo atendimento das demandas e exigências crescentes, e a insuficiência na formação dos profissionais da educação para atendimento das especificidades de cada aluno, considerando suas dificuldades e potencialidades.

**João Luiz Andrade Dória**  
DME de Estância/SE  
Presidente da Undime/SE



Apesar dos avanços na educação inclusiva, persistem desafios: acessibilidade, recursos pedagógicos e integração intersetorial. Ampliar o AEE [*Atendimento Educacional Especializado*], escutar as famílias e investir em planos personalizados são ações essenciais para garantir inclusão plena e equitativa.

**Marcus Lúcio de Sousa**  
DME de Tefé/AM  
Presidente da Undime/AM





“ A educação inclusiva é um direito garantido pela Constituição, porém ainda enfrentamos desafios para implementação dessa modalidade de ensino: maiores investimentos na infraestrutura das escolas, formação adequada para os professores e demais profissionais e, principalmente, mudança de atitude da comunidade escolar com vistas à superação do preconceito e da discriminação, com um olhar focado na diversidade. As leis não incluem pessoas, pessoas incluem pessoas.



**Samuel dos Santos Silva**  
DME de Tartarugalzinho/AP  
Presidente da Undime/AP

“ A Amazônia Paraense enfrenta desafios significativos de inclusão. Comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas lutam por acesso à educação de qualidade. A falta de recursos e de infraestrutura limita o atendimento educacional especializado. São necessárias políticas públicas eficazes e ações sustentáveis para promover a inclusão na região.



**Sandra Helena Ataíde de Lima**  
DME de Moju/PA  
Presidente da Undime/PA

“ Em Rondônia, os maiores desafios da educação inclusiva são a falta de recursos e de materiais adequados, além da escassez de profissionais capacitados para atender às demandas específicas. Muitos professores ainda carecem de formação adequada e, sem o apoio e a compreensão das famílias, o processo se torna ainda mais complexo.



**Luslarlene Umbelina Souza Fiamett**  
DME de Santa Luzia D'Oeste/RO  
Presidente da Undime/RO

“ Os principais desafios da educação inclusiva envolvem a superação de barreiras estruturais e sociais. A escassez de infraestrutura adequada nas escolas, aliada à falta de formação específica para educadores, dificulta a implementação de práticas inclusivas eficazes. Além disso, é crucial promover a conscientização da comunidade sobre a importância da inclusão, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas necessidades, tenham acesso a um ambiente de aprendizagem acolhedor e estimulante. O fortalecimento de parcerias entre escolas, famílias e instituições é essencial para criar um sistema educacional que valorize a diversidade e promova a equidade.



**Alsione Sulbaran**  
DME de Pacaraima/RR  
Presidente da Undime/RR

“ Podemos destacar dentre os desafios da educação inclusiva a falta de conhecimento da legislação para a garantia do direito à educação de todas as pessoas, bem como a falta de formação dos professores para lidarem com diferentes deficiências e/ou superdotação, preconceito e discriminação, a escassez ou falta de materiais adaptados e a falta de infraestrutura acessível nas unidades educacionais, acarretando ainda mais exclusão dos estudantes que precisam de uma educação que prime pela equidade.



**Humberto de Campos Castilho**  
DME de Supupira/TO  
Presidente da Undime/TO

“ A educação inclusiva ganhou muito espaço nos últimos anos, porém ainda há grandes desafios a serem vencidos, dentre eles a falta de estruturas físicas adequadas e de profissionais especializados para atender a todas as especificidades existentes dentro da inclusão. Dificuldades que são intensificadas pela falta de recursos financeiros.



**Anderlúcia de Castro Ferreira**  
DME de Anicuns/GO  
Presidente da Undime/GO

“ Mato Grosso tem feito avanços significativos na educação inclusiva ao implementar políticas de acessibilidade, capacitar professores, ampliar a oferta de vagas e promover seminários importantes. Esses esforços demonstram o compromisso dos gestores em criar um ambiente mais acolhedor e equitativo para todos os alunos. Com esses passos, podemos continuar avançando rumo a uma inclusão plena e transformadora.



**Silvío Aparecido Fidelis**  
DME de Nobres/MT  
Presidente da Undime/MT

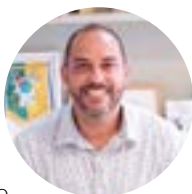
“ A educação inclusiva enfrenta desafios como falta de formação docente, infraestrutura inadequada, escassez de profissionais de apoio, preconceito e limitações financeiras. Superar esses obstáculos exige investimento, capacitação e compromisso com a equidade no ensino.



**Silvia Patrícia Freire**  
DME de Itaquiraí/MS  
Presidente da Undime/MS



“ A educação especial enfrenta falta de normativas claras, além de divergências entre membros do Ministério Público, o que gera insegurança nas escolas. Professores e familiares de alunos lidam com decisões conflitantes, falta de apoio e desafios para garantir uma inclusão escolar efetiva.



**Vanderson Valadares de Campos**

DME de Alegre/ES  
Presidente da Undime/ES

“ Um dos maiores desafios da educação inclusiva é a falta de conhecimento dos papéis e responsabilidades, de formação adequada, de acessibilidade e de recursos específicos, além da superação de barreiras atitudinais. É essencial garantir equidade, respeito às diferenças e o direito à aprendizagem.



**Jonas Gonçalves Rego**

DME de Mirabela/MG  
Presidente da Undime/MG

“ A verdadeira inclusão vai além da matrícula. Nosso maior desafio é construir uma escola que acolha, respeite e ensine a todos, com formação adequada, recursos acessíveis e, principalmente, com um olhar humano e comprometido com as diferenças.



**Osório Luís Figueiredo**

DME de Cachoeiras de Macacu/RJ  
Presidente da Undime/RJ  
(até 17 de junho de 2025)

“ A educação inclusiva em São Paulo enfrenta desafios pela quantidade de alunos nos grandes centros e pela infraestrutura muitas vezes limitada em municípios menores. Hoje buscamos incluir autistas, indígenas, quilombolas, negros e outros grupos historicamente marginalizados. A Undime/SP promove dezenas de ações e eventos formativos, mas a transformação exige um esforço conjunto da gestão pública.



**Luiz Miguel Martins Garcia**

DME de Sud Mennucci/SP  
Presidente da Undime/SP

“ Entre os maiores desafios que enfrentamos está o de transformar a educação inclusiva em uma realidade concreta — não apenas presente nos documentos oficiais, mas vivida no cotidiano das unidades educacionais. Uma educação que não inclui exclui. É essencial garantir uma escola pública que acolha cada estudante com respeito às diferenças. Inclusão se faz com formação humanizada, estrutura acessível e equipes unidas. Onde há exclusão, não há justiça social.



**Adriana de Oliveira Palmieiri**

DME de Sarandi/PR  
Presidente da Undime/PR

“ Os principais desafios da educação inclusiva no Rio Grande do Sul concentram-se na necessidade de formação continuada dos professores para o atendimento às diversidades educacionais das mais de 66 mil crianças e adolescentes com deficiência matriculados na rede pública municipal e na garantia da acessibilidade física no ambiente escolar e profissional de apoio, assegurando equidade no processo de ensino-aprendizagem.



**Ana Paula Bennemann**

DME de São Francisco de Paula/RS  
Presidente da Undime/RS

“ A educação inclusiva impõe desafios aos sistemas de ensino, especialmente diante da diversidade nas salas de aula. Entre os quais está a necessidade de garantir o acesso equitativo à aprendizagem por meio de adaptações pedagógicas, recursos didáticos acessíveis e ambientes escolares acolhedores. Isso requer investimentos estruturais e humanos, como a valorização dos professores e a oferta de formação continuada especializada, essenciais para lidar com as diferentes necessidades, assegurando uma educação verdadeiramente inclusiva, holística e de qualidade.



**Jucilene Antônio Fernandes**

DME de Balneário Rincão/SC  
Presidente da Undime/SC

Obs.: Esta edição da *Revista Educação Municipal* foi fechada no dia 5 de junho de 2025.



matéria

# Currículos devem incorporar Computação para garantir o cumprimento de uma das condicionalidades da complementação VAAR

*Undime e Coalizão Tec Educação apoiam redes com guia prático e formações*

Desde 2020, os currículos das redes municipais de ensino devem estar alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em 2022, a Resolução nº 1, de 4 de outubro estabeleceu as “Normas sobre Computação na Educação Básica — Complemento à BNCC” e estipulou o prazo de um ano após a homologação para a implementação dessa diretriz pelos estados, municípios e o Distrito Federal.

A condicionalidade V do VAAR-Fundeb exige que os referenciais curriculares das redes estejam alinhados à BNCC, incluindo a computação como componente complementar, e que esses documentos estejam aprovados nos termos do respectivo sistema de ensino. “Em 2025, as redes serão questionadas sobre o alinhamento dos seus referenciais à BNCC-Computação. No entanto, neste ano, a resposta não impactará no recebimento dos recursos, já que o prazo estabelecido pelas Diretrizes Operacionais Nacionais — elaboradas pelo CNE com participação do MEC — é até o final de 2025 para a adequação curricular e elaboração dos planos de formação. Isto quer dizer que a verificação da condicionalidade passará a ser efetivamente considerada a



partir de 2026”, é o que afirma a coordenadora-geral de Tecnologia e Inovação da Educação Básica da Secretaria de Educação Básica/MEC, Ana Dal Fabbro.

Para apoiar esse movimento, a União Nacional dos Dirigentes Municipais (Undime), em parceria com a Coalizão Tec Educação – formada por Fundação Lemann, Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb), Instituto Natura, Fundação Telefônica Vivo, MegaEdu e Instituto Sonho Grande –, lançou o *Guia de Conectividade e BNCC – Computação nos Currículos Municipais*. A publicação oferece um passo a passo para o diagnóstico, o planejamento e a implementação da Computação como parte do currículo, com orientações sobre infraestrutura, conectividade, uso de dispositivos e formação docente.

De acordo com Daniela Caldeirinha, vice-presidente de Educação da Fundação Lemann, o guia foi construído de forma colaborativa por todas as organizações da Coalizão Tec Educação. “É uma ferramenta prática e formativa para os dirigentes municipais de educação na concretização de infraestrutura de conectividade para as escolas públicas. O guia traz um passo a passo para o diagnóstico, planejamento e implementação da BNCC da Computação nos territórios. Também traz orientações para adequação dos currículos municipais à BNCC-Computação, e isso é fundamental para apoiar os municípios nessa jornada, a partir da realidade de cada cidade”, completa Daniela.

Catherine Merchan, gerente de Estudos e Coalizões da Fundação Telefônica Vivo, que também faz parte da Coalizão, afirma que o material apresenta os passos para incluir a Computação

no currículo e seu uso pedagógico, seja como componente curricular, seja de forma transversal, além de oferecer orientações sobre conectividade, infraestrutura tecnológica e formação docente. “As escolas que implementarem a BNCC – Computação poderão proporcionar aos seus estudantes fluidez no uso de recursos digitais, entendimento de como a tecnologia funciona, desenvolvimento da capacidade para criar soluções tecnológicas e resolver problemas complexos. São habilidades que conferem autonomia e criticidade para lidar com as informações encontradas na internet, uso das ferramentas disponíveis e comunicação mais clara pelos meios digitais”, completa a gerente da Fundação Telefônica Vivo. Ela também lembra que o tema esteve presente nos cinco Fóruns Regionais da Undime em 2024, com participação da instituição, e que no debate foram abordados os principais desafios para garantir a educação digital nas escolas, como a incorporação do complemento à BNCC sobre Computação na Educação Básica, a formação de professores, a implementação e integração de infraestrutura de conectividade

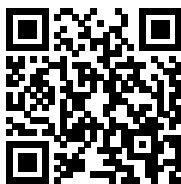
para fins educacionais e o desenvolvimento de competências digitais de estudantes.

Do lado do governo federal, o Ministério da Educação (MEC) afirma atuar por meio da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas para apoiar os sistemas de ensino. Como referência normativa para esse processo, foram publicadas em março de 2025 as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e integração curricular de educação digital e midiática.

De acordo com Ana Dal Fabbro, as diretrizes estabelecem que a elaboração dos currículos e dos planos de formação devem ocorrer em 2025, com implementação obrigatória a partir de 2026. “O MEC vem oferecendo assessoria técnica a redes estaduais desde 2024 e, neste ano, ampliou o atendimento para redes municipais. Mais de 4.700 redes aderiram à assessoria e iniciaram um curso de especialização em Educação Digital e Inovação Pedagógica”, completa a coordenadora-geral.

O Ministério também lançou em maio o guia *Educação Digital e Midiática: Como Elaborar e Implementar o Currículo nas Escolas*, com orientações detalhadas para a revisão curricular e o planejamento formativo, além de disponibilizar mais de 60 cursos gratuitos na plataforma Avamec. Esses recursos podem ser utilizados pelas redes na organização de trilhas formativas contínuas e flexíveis.

A exigência da Computação nos currículos, prevista na BNCC, representa uma oportunidade de transformação digital nas escolas públicas brasileiras, desde que ocorra com intencionalidade pedagógica, equidade no acesso e valorização dos profissionais da educação.



Acesse aqui o *Guia de Conectividade e BNCC – Computação nos Currículos Municipais*



# PNE: novo plano, velhos e novos desafios



*De olho no futuro, Brasil  
discute novo Plano  
Nacional de Educação para  
a próxima década*

Enquanto o tempo corre para o encerramento do atual Plano Nacional de Educação (PNE), a educação brasileira se move em duas frentes: a avaliação do que foi feito até aqui e a construção do que está por vir. O Projeto de Lei nº 2.614/2024, enviado pelo governo federal ao Congresso Nacional, propõe diretrizes e metas desafiadoras para a próxima década — e promete transformar a forma como o país cuida da educação, da creche à pós-graduação.

O processo de elaboração do novo PNE foi fruto do trabalho do Grupo Técnico instituído pela Portaria MEC nº 1.112/2023, com uma ampla participação de representantes: secretarias de educação, conselhos estaduais e municipais, comissões do Congresso, autarquias do Ministério da Educação (MEC), o Fórum Nacional de Educação (FNE) e organizações da sociedade civil. O PL nº 2.614/2024 também considerou as deliberações da Conferência Nacional de Educa-

ção (Conae) 2024, realizada em janeiro do ano passado, após as conferências municipais e estaduais de educação. Em paralelo, a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase/MEC) coordenou encontros regionais e um grande encontro nacional para orientar a elaboração dos planos decenais locais e discutir a estrutura da Rede de Apoio Técnico. Agora, em 2025, está promovendo encontros estaduais para divulgar a proposta do novo PNE e realizar oficinas sobre a metodologia de elaboração dos planos decenais de educação (municipais e estaduais), em consonância com o PNE, as ferramentas e os painéis de consulta de dados educacionais.

Na avaliação da Undime, o PL possui pontos positivos e avanços, como a relevância dada ao enfrentamento das desigualdades e à promoção da equidade. Mas também possui retrocessos e lacunas a serem tratados pelo Congresso Nacional, que deve ouvir

o governo federal e a sociedade civil organizada, nas audiências que vêm sendo realizadas. Por exemplo, alguns prazos do atual PNE são mantidos por igual período, sem que se faça a devida atualização/adequação; em algumas metas e estratégias, não são definidos prazos intermediários, o que impacta no processo de monitoramento, avaliação e controle social; o enfrentamento às emergências e a educação ambiental devem perpassar todas as metas e estratégias, assim como o Custo Aluno Qualidade (CAQ), que não deve ficar restrito à meta 18 (de financiamento).

Para Heleno Manoel Filho, coordenador do FNE, a construção de um plano decenal de verdade passa obrigatoriamente pela valorização dos profissionais da educação. “Eu entendo que, para aplicar os indicadores à valorização dos profissionais de educação, eles precisam atuar de forma simultânea: formação inicial, concurso público, salário digno,



Para a Undime, a discussão sobre o PL deve considerar:

- >> cumprimento das metas e estratégias do atual PNE;
- >> instabilidades na implementação do PNE e desafios enfrentados;
- >> lacunas e equívocos do atual PNE;
- >> deliberações das conferências de educação;
- >> ausência de um Sistema Nacional de Educação (SNE);
- >> prorrogação do atual PNE;
- >> vigência dos Planos Estaduais (PEEs) e Municipais de Educação (PMEs);
- >> elaboração dos próximos PEEs e PMEs.

carreira, formação continuada, condições adequadas de trabalho e gestão democrática. O que não dá é para a gente continuar onde está.”

No Senado Federal, a Comissão de Educação, presidida pela senadora Teresa Leitão (PT-PE), atua para garantir que o novo plano seja efetivo, monitorado e financeiramente viável. Leitão explica que a Comissão está comprometida em manter a escuta ativa com a sociedade civil e em dialogar com a Câmara dos Deputados para acelerar a tramitação sem perder qualidade no debate.

“A Comissão de Educação do Senado tem feito dois movimentos. O primeiro é uma articulação com a Frente Parlamentar Mista da Educação e com a Comissão Especial da Câmara, para que o processo de tramitação ganhe mais agilidade. O segundo é a realização de audiências públicas com representações da sociedade civil. Tem sido discutido, sobretudo, o aperfeiçoamento das

## Comissão especial do PNE — Câmara dos Deputados

A Comissão Especial responsável pela discussão sobre o PL nº 2.614/2024 foi instalada em 29 de abril e é presidida pela deputada Tábata Amaral (PSB-SP). O deputado Moses Rodrigues (União-CE) será o relator do Substitutivo que deverá considerar as discussões promovidas nas audiências e nos seminários estaduais realizados pela Comissão Especial em parceria com as Assembleias Legislativas, além das 3.068 emendas apresentadas. Após a tramitação na Câmara dos Deputados, a proposta seguirá para o Senado Federal.

metas, o financiamento e a periodicidade no monitoramento”, explica a senadora.

### Olhar para trás para planejar o amanhã

A avaliação do plano que se encerra não serve apenas como prestação de contas, mas como bússola. O novo PNE nasce das experiências — acertos e falhas — da última década. E a intenção é ousada: criar um modelo mais eficiente de monitoramento, com avaliação constante dos indicadores e maior cooperação entre os entes federados.

A expectativa é que o novo PNE seja aprovado até o final de 2025, permitindo que na próxima década haja avanço em temas estruturantes, como a valorização do magistério, o financiamento da educação básica, a ampliação do acesso à educação infantil e à profissionalização, além da superação das desigualdades regionais, raciais e socioeconômicas no sistema educacional.

*Como fazer da escola  
um ambiente de trocas  
e acolhimento*

A divulgação dos casos de violência no ambiente escolar ou ligados a ele tem crescido e, com isso, a atenção da sociedade se voltou para temas que sempre fizeram parte do nosso cotidiano, mas que ganharam novos dilemas e se agravaram com o surgimento das redes sociais.

Com a cobrança da sociedade, a mobilização tem vindo de diversas frentes. Como dos Poderes Legislativo e Executivo, com a aprovação de medidas como a chamada “Lei do Celular” e a implementação da Lei nº 13.935/2019, que prevê a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Ações formativas e de articulação intersetorial, como o programa Escola que Protege, do Ministério da Educação (MEC), também surgem como resposta.

Segundo Zara Figueiredo, secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) do MEC, é essencial compreender que a escola deve ser um espaço onde os conflitos de crianças e adolescentes sejam mediados por adultos com responsabilidade ética e pedagógica. “Os dados sobre violência não devem ser interpretados como fracasso da escola, mas como reflexo da sociedade. A escola está inserida em uma sociedade em que o machismo, o racismo e a LGBTfobia estruturam as relações — e isso atravessa o cotidiano escolar”, explica. Para ela, o papel das políticas públicas é fortalecer a capacidade da escola de criar vínculos e proteger.

# Cotidiano escolar em transformação: caminhos para a convivência

A socióloga e doutora em ciências da Educação Miriam Abramovay, referência em pesquisas sobre violência escolar, reforça que esse não é um tema novo. “A violência nas escolas sempre existiu. O que muda é a atenção recente em razão dos atentados — formas extremas de um problema que já está ali nas humilhações, exclusões e agressões verbais do dia a dia. Uma pode ser porta de entrada para a outra”, alerta. Miriam defende a construção de uma política pública nacional de enfrentamento articulado. Para ela, estados e municípios devem evitar a implementação de projetos isolados, sem continuidade e sem uma política pública estruturada que considere os territórios.

Para Andressa Pellanda, coordenadora-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a escola precisa de mais do que segurança ostensiva. “A Consti-

tuição, a LDB [Lei de Diretrizes e Bases da Educação] e o ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente] já garantem o princípio da proteção integral. A Lei nº 13.935 é essencial para assegurar profissionais capacitados a acolher e escutar. O que a escola precisa é de cuidado e de convivência”, defende Andressa.

Rodrigo Nejm é doutor em Psicologia, especialista em Educação Digital no Instituto Alana e defende que as leis são importantes, mas não suficientes. “A proibição do celular, por exemplo, não pode ser só punitiva. É preciso discutir com a comunidade o papel do digital, o direito à desconexão e a educação digital crítica”, completa Rodrigo.

E como a presença de psicólogos e assistentes sociais podem ajudar a mudar essa realidade nas escolas? Para a conselheira do Conselho Federal de Psicologia (CFP) Raquel Guzzo, o foco da



atuação psicológica nas escolas deve ser a prevenção e o acompanhamento do desenvolvimento integral dos estudantes. “Há duas grandes áreas de atuação da psicologia: a voltada para o tratamento clínico e a voltada para os processos de desenvolvimento e prevenção — esta última é a que transforma a escola. Por isso, é fundamental que a inserção dos profissionais se dê via concurso público, com formação específica e presença cotidiana na escola”, defende Raquel. Ela conta que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem atuado com os Conselhos Regionais, o MEC e o Observatório da Implementação da Lei nº 13.935 para orientar e acompanhar esse processo, compartilhando boas práticas e fomentando a mobilização nos estados.

A vice-presidente do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Marciângela Gonçalves, defende a inserção de assistentes sociais como parte fundamental da resposta às desigualdades sociais que impactam diretamente o ambiente escolar. “A ampliação da pobreza entre as famílias que acessam a escola pública se reflete em altos índices de evasão, baixo rendimento e desinteresse pelo processo de ensino e aprendizagem. A atuação do Serviço Social na escola deve ser integrada, intersetorial e voltada para a garantia de direitos.” Para ela, o Serviço Social pode contribuir na elaboração e execução do projeto político-pedagógico, de planos de ação e de projetos institucionais, promovendo a participação democrática e orientando o acesso a outros equipamentos e políticas públicas.

Ambos os conselhos reforçam que não se trata de substituir o trabalho pedagógico, mas de somar esforços para que o ambiente escolar seja mais saudável, justo e inclusivo.





# Gestão democrática: qualidade e equidade na escola pública

*A gestão democrática no ensino público é um princípio constitucional e, agora, também uma diretriz estratégica para fortalecer a qualidade da educação com participação social e transparência, além de cumprir uma das condicionalidades para que os municípios recebam a complementação VAAR do Fundeb.*

A Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), estabelece que o acesso à complementação da União por meio do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR) está condicionado ao cumprimento de uma série de critérios, entre eles a promoção da gestão democrática na educação básica pública. Essa diretriz busca garantir processos mais transparentes, participativos e qualificados na escolha de dirigentes escolares.

Com a publicação da Resolução nº 1/2024 da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade (CIF), esse princípio ganhou definição prática. A norma detalha as condicionalidades para que estados, municípios e o Distrito Federal tenham direito à



complementação VAAR em 2025. A Condicionalidade I exige que o provimento dos cargos de gestor escolar seja realizado com base em critérios técnicos de mérito e desempenho ou por meio de escolha com participação da comunidade escolar, desde que os candidatos tenham sido previamente aprovados em avaliação específica.

Com o início de novas gestões em diversos municípios, é importante que os novos responsáveis observem o cumprimento da legislação local no que tange ao processo de seleção dos gesto-

res escolares, especialmente se o município tiver sido contemplado com o VAAR. Isso porque o município habilitado em 2024 receberá recursos por todo o ano de 2025 por ter comprovado o cumprimento da Condicionalidade I, em que os gestores escolares são selecionados para um mandato com duração preestabelecida, não podendo ser exonerados no seu decurso. Essa prática resultaria em violação direta à lei e à resolução vigente do VAAR e poderia colocar os entes federativos em situação de inconformidade com as exigências acordadas. Além de perderem

o direito a essa complementação, os agentes poderiam ser auditados pelos Tribunais de Contas Estaduais (TCEs), uma vez que o descumprimento das condicionalidades pode configurar má gestão de recursos públicos.

Em virtude da relevância do tema, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) lançou nota técnica que orienta os Ministérios Públicos Estaduais a fiscalizarem se estados e municípios estão cumprindo o que determina a Constituição Federal e a Lei, especialmente no que diz respeito à escolha democrática dos gestores escolares. Já o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio do Ofício Circular nº 29/2025, reforça que a manutenção das condições de habilitação ao longo de todo o período de repasse da complementação VAAR (de janeiro de 2025 a janeiro de 2026) é obrigatória. Ambas as manifestações deixam claro que exonerações indevidas de diretores selecionados por processos legítimos, como tem ocorrido em alguns municípios no início do ano, podem comprometer o recebimento da complementação e gerar responsabilizações legais.

Para o coordenador-geral de Operacionalização do Fundeb e do Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Antônio Correa Neto, o objetivo da normativa da CIF é fortalecer a gestão escolar. “A resolução estabelece critérios mais claros para garantir que a escolha dos diretores escolares seja baseada em mérito e participação. Isso contribui para consolidar um modelo de gestão mais eficiente e comprometido com os resultados educacionais”, explica.

Valdoir Pedro Wathier, diretor de Monitoramento, Avaliação e



Manutenção da Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), considera esse movimento um passo importante para dar concretude ao artigo 206 da Constituição Federal, que assegura a gestão democrática como um dos pilares do ensino público. “A exigência do processo seletivo público não é um fim em si. É um instrumento para garantir que os diretores sejam preparados, comprometidos e tenham respaldo da comunidade. Isso é essencial para

melhorar os resultados da aprendizagem e reduzir desigualdades.” Ele destaca que a exigência do processo seletivo deve ser acompanhada da formação e valorização dos gestores escolares. “Estamos desenvolvendo uma política nacional de formação de diretores, com módulos voltados para a gestão pedagógica, administrativa e participativa. Não basta selecionar bem; é preciso dar condições para que eles liderem as escolas com eficácia”, completa Valdoir.

Para Alessio Costa, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a Condicionalidade I prevê muito mais do que a escolha dos gestores escolares. “Ela implica ouvir as comunidades escolares, valorizar os conselhos, planejar com transparência e compartilhar responsabilidades. A Undime tem defendido isso em todos os fóruns nacionais, inclusive na própria CIF”, diz Alessio. Ele também cita a importância dos órgãos colegiados da escola, como o conselho escolar, o grêmio estudantil, além das instâncias de participação social do município.

A Undime também tem protagonizado um papel estratégico no apoio técnico e na articulação federativa, agindo de forma decisiva para que a gestão democrática não seja apenas uma exigência normativa, mas um instrumento real de qualificação da administração educacional. Diante do impacto direto que a medida pode ter no financiamento das redes municipais, a Undime promove eventos, reuniões técnicas, produção de materiais de orientação e articulação com os órgãos federais para solucionar dúvidas e evitar perdas de recursos. Ainda acompanha os desdobramentos da Nota Técnica nº 02/2024 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que orienta os Ministérios Públicos Estaduais a fiscalizarem, durante a escolha de diretores, a adoção de processos seletivos alinhados à Constituição e às novas normativas federais. “Nosso foco é assegurar que nenhum município fique de fora por desconhecimento ou falta de orientação. A Undime está ao lado dos gestores municipais para garantir a continuidade das políticas educacionais e o fortalecimento das redes públicas”, afirma o presidente da Undime.

## Condicionalidades VAAR

LEI Nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020, ART. 14, § 1º

### Condicionalidade I

Provimento do cargo ou função de gestor escolar de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho ou a partir da escolha realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho.

### Condicionalidade II

Participação de pelo menos 80% dos estudantes de cada ano escolar periodicamente avaliado em cada rede de ensino por meio dos exames nacionais do sistema nacional de avaliação da educação básica.

### Condicionalidade III

Redução das desigualdades educacionais, socioeconômicas e raciais medidas nos exames nacionais do sistema nacional de avaliação da educação básica, respeitadas as especificidades da educação escolar indígena e suas realidades.

### Condicionalidade IV

Regime de colaboração entre Estado e Município formalizado na legislação estadual e em execução, nos termos do inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal e do art. 3º da Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020.

### Condicionalidade V

Referenciais curriculares alinhados à Base Nacional Comum Curricular, aprovados nos termos do respectivo sistema de ensino.



# Primeira Infância no centro

*O desafio de garantir acesso com equidade e qualidade*

A Primeira Infância conquistou espaço inédito na agenda política brasileira. Com a sanção da Lei nº 14.680/2023, que instituiu o Biênio da Primeira Infância, o governo federal reforçou a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento humano e para o enfrentamento das desigualdades. Na prática, porém, os municípios ainda enfrentam obstáculos para assegurar o direito à educação infantil, especialmente nas creches, onde o déficit de vagas para atender a demanda persiste.

No centro do desafio está o planejamento da expansão da oferta com qualidade, eficiência

e, sobretudo, equidade. Para contribuir com esse planejamento, o Instituto Articule, em parceria com os Gabinetes de Articulação para Efetividade da Política Pública da Educação (Gaepes) e com apoio de diversas instituições, desenvolveu o *Guia de Expansão Qualificada de Vagas na Educação Infantil – Foco em Creches*.

“O Guia foi pensado para apoiar os gestores municipais no enfrentamento concreto da demanda por creche, sem perder de vista o contexto, a capacidade instalada, a rede de proteção e a responsabilidade intersetorial”, afirma Alessandra Gotti, presidente-exe-

cutiva do Instituto Articule. O material propõe oito pilares para o planejamento: diagnóstico de demandas; espaços e equipamentos; transporte escolar; alimentação; equipe pedagógica; proposta pedagógica e materiais; recursos financeiros; e normatização.

Um dos principais gargalos apontados é a dificuldade em identificar a demanda real por creche. Muitos municípios ainda se baseiam exclusivamente em listas formais de espera, que não captam a demanda não manifesta — crianças com direito à vaga cujas famílias não buscaram o atendimento por desconhecimen-



to, barreiras de acesso ou falta de diálogo com o poder público. O **Guia** propõe, nesse sentido, o uso de estratégias como a Busca Ativa Escolar Informativa e o cruzamento de dados do CadÚnico, Censo Escolar, Censo Demográfico e outras fontes para localizar e planejar melhor a oferta.

Esse esforço de diagnóstico e planejamento se ancora, também, no Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), que estabelece a atuação integrada entre educação, saúde e assistência social para o atendimento da criança de 0 a 6 anos. Para que isso ocorra, é fundamental a instituição do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), a existência de redes de governança intersetoriais nos municípios, como os Comitês da Primeira Infância, com participação efetiva e amparo legal.

Outro ponto central é a priorização de vagas. Diante da impossibilidade de atender toda a demanda de imediato, os municípios precisam adotar critérios objetivos e transparentes. O Gaepe-Brasil recomenda, na Manifestação Gaepe-Brasil nº 01/2025, que essa priorização seja formalizada por lei ou decreto e leve em conta fatores como vulnerabilidade socioeconômica, deficiência, monoparentalidade ou risco social.

Duas legislações recentes reforçam essa diretriz: a Lei nº 14.685/2023, que determina transparência na gestão das listas de espera, e a Lei nº 14.851/2024, que assegura a publicidade dos critérios de atendimento. A expectativa é de que o Ministério da Educação disponibilize, em breve, um módulo nacional de gerenciamento da fila por creche, integrado ao sistema Gestão Presente.

De acordo com Pedro Aquino, representante da Região Nordeste no Comitê Diretivo do Movimento



“ **A expansão da oferta deve vir acompanhada de qualidade, o que implica formação adequada dos profissionais, espaços apropriados, materiais pedagógicos e rotinas que respeitem as necessidades das crianças pequenas.** ”

Pedro Aquino, representante da Região Nordeste no Comitê Diretivo do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (Mieib)



Acesse aqui o  
*Guia de Expansão  
Qualificada  
de Vagas na  
Educação Infantil –  
Foco em Creches*

Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (Mieib), o direito à educação infantil é inegociável e exige planejamento, investimento e compromisso político. “A expansão da oferta deve vir acompanhada de qualidade, o que implica formação adequada dos profissionais, espaços apropriados, materiais pedagógicos e rotinas que respeitem as necessidades das crianças pequenas”, defende Pedro.

Na visão da Undime, o debate sobre financiamento é central. “O custo de manutenção da matrícula na creche é mais elevado, por causa da menor proporção de alunos por professor — em média de 8 a 10 crianças por turma”, explica Alessio Costa Lima, presidente da

entidade. Essa característica foi um dos fundamentos da luta da Undime por um fator de ponderação maior para a educação infantil na distribuição dos recursos do Fundeb.

Uma conquista histórica, segundo Alessio, foi a inclusão, pela primeira vez, de uma ponderação *per capita* superior para a educação infantil em tempo integral, reconhecendo o custo mais alto da etapa. “Solicitamos inclusive que esse avanço fosse registrado em ata da Comissão Intergovernamental de Financiamento da Educação de Qualidade [CIF] por sua relevância estratégica”, destaca.

Karina Fasson, gerente de políticas públicas da Fundação Maria

Cecilia Souto Vidigal, reforça que garantir o direito à creche exige planejamento com base em dados e atuação intersetorial. “Os municípios devem elaborar um PMPI com metas mensuráveis, estratégias definidas e uma governança comprometida com a execução e o monitoramento das ações”, afirma Karina. Ela destaca a importância de um diagnóstico ampliado, que considere tanto a demanda manifesta quanto a reprimida. “Há famílias que não buscam a vaga ou por desinformação ou porque sabem que não há unidade próxima. Essas crianças também precisam ser incluídas no planejamento.”

Apesar dos avanços, a desigualdade de acesso à creche ainda escancara a distância entre o direito previsto em lei e a realidade das famílias. Segundo dados do Instituto Articule, a taxa de atendimento de crianças de 0 a 3 anos varia amplamente entre os municípios — sendo ainda mais baixa entre aquelas em maior vulnerabilidade. Por isso, a orientação é que os recursos do Fundeb sejam utilizados com responsabilidade e foco na equidade. A Undime tem atuado junto aos Fóruns Estaduais, ao MEC, ao Gaepe-Brasil e a organizações da sociedade civil para fortalecer essa atuação.

Os próximos anos serão decisivos. A construção do Plano Plurianual (PPA 2026-2029) oferece uma janela estratégica para assegurar financiamento estruturado à educação infantil, e o planejamento local será crucial para garantir que os investimentos sejam previstos nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Leis Orçamentárias Anuais (LOA). Uma verdadeira união de esforços que garanta à Primeira Infância o seu merecido lugar pela importância que tem para as nossas crianças e o futuro do país.



# Com foco na otimização da gestão escolar, plataforma integra dados da Educação Básica

*Ferramenta digital visa facilitar as rotinas administrativas das equipes gestoras das escolas e das secretarias de educação, além de ajudar na implementação de políticas públicas*

A plataforma MEC Gestão Presente, lançada em abril de 2025, foi projetada com o objetivo de consolidar dados das escolas públicas de todo o país, propondo maior uniformidade das informações e gerando melhores possibilidades de gestão, além de apoiar a criação de políticas públicas fundamentadas em informações atualizadas e qualificadas. A plataforma conta com dois módulos principais: o Sistema Gestão Presente (SGP), voltado para as secretarias de educação; e o Gestão Presente na Escola (GPE), destinado às redes e escolas municipais.

O SGP, que está funcionando desde fevereiro de 2024 para a integração de dados do Ensino Médio regular (em função do pro-

grama Pé-de-Meia), foi expandido e passa a incluir também as informações do Ensino Fundamental e da Educação Infantil em todos os níveis de gestão educacional: municipal, estadual, federal e distrital. Desde então, o SGP recebeu informações de mais de 14 milhões de matrículas de estudantes e 10 milhões de estudantes únicos do Ensino Médio regular e da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). A adesão dos estados, municípios e institutos federais é voluntária.

Já o módulo GPE é voltado essencialmente para os gestores das unidades escolares municipais e permite acesso a dados atualizados e precisos, como diário de classe, frequência escolar, entre outros, importantes para tomadas

de decisão estratégicas. O GPE está em fase de implementação, e inicialmente conta com a adesão de 15 redes municipais (três em cada região do país) para que o MEC possa garantir assistência técnica e acompanhamento adequado. No segundo semestre de 2025, 800 redes municipais (com suas respectivas escolas) já poderão começar a utilizar o GPE.

“Um sistema de gestão escolar gratuito, público e oficial é uma demanda antiga da Undime que está sendo viabilizada pelo Ministério da Educação na perspectiva de apoiar a transformação digital das secretarias e escolas, otimizando processos, integrando dados e garantindo interoperabilidade de sistemas”, explica Pedro Barreto, coordenador-geral de Apoio à Gestão Escolar do MEC.

Com o suporte da plataforma MEC Gestão Presente, alguns desafios enfrentados pelas secretarias de educação e pelas escolas devem ser significativamente minimizados, a exemplo da identificação de duplicidades de matrículas, transferência entre redes, acompanhamento do desempenho dos estudantes, controle de evasão e fluxo escolar. Também diminuirá a sobrecarga dos gestores escolares com o acúmulo de tarefas burocráticas que poderiam ser otimizadas com o uso da tecnologia adequada.

“A tecnologia é uma aliada estratégica para modernizar a gestão educacional. Sistemas digitais permitem automatizar tarefas administrativas, como matrículas, lançamentos de notas e frequência, reduzindo erros manuais e liberando tempo para que gestores e professores se dediquem mais às atividades pedagógicas”, comenta Pedro Barreto, destacando como a plataforma deve contribuir no dia a dia dos agentes escolares. “Muitos dados estavam dispersos,

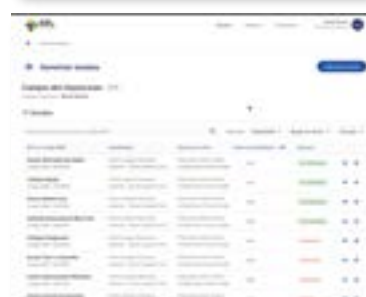
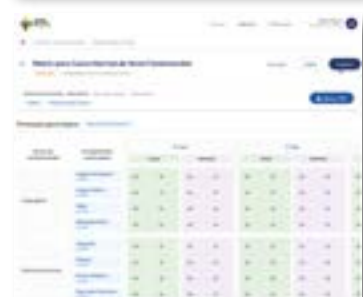
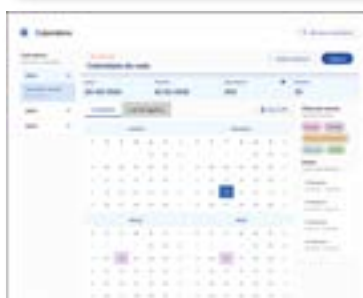
“ Um sistema de gestão escolar gratuito, público e oficial é uma demanda antiga da Undime que está sendo viabilizada pelo Ministério da Educação na perspectiva de apoiar a transformação digital das secretarias e escolas, otimizando processos, integrando dados e garantindo interoperabilidade de sistemas.

Pedro Barreto, coordenador-geral de Apoio à Gestão Escolar do MEC

dificultando uma visão global e sistêmica da trajetória dos alunos. A transformação digital da gestão educacional já começou, e o MEC Gestão Presente está no centro desse processo”, completa.

Vale destacar que a plataforma oferecerá suporte contínuo às redes e unidades escolares que aderirem, oferecendo atendimento personalizado por meio do sistema de chamados, capacitações regulares (síncronas e assíncronas), estratégias de formação continuada, grupos de comunicação para atualizações e plantões de dúvidas, além de suporte técnico oferecido por consultores especializados.

A adesão à plataforma MEC Gestão Presente é gratuita, está aberta permanentemente e pode ser feita por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec), pelo link [simec.mec.gov.br](http://simec.mec.gov.br). As redes que tiverem aderido ao MEC Gestão Presente poderão aderir também ao Gestão Presente na Escola.







# Pesquisa inédita aponta desafios e recomendações para os Anos Finais do Ensino Fundamental

*Levantamento considerou dez redes municipais com indicadores educacionais relevantes e de diferentes regiões do país*

Um estudo inédito realizado pelo Itaú Social e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) lança luz sobre os principais desafios e caminhos para a melhoria da qualidade do ensino nas turmas do 6º ao 9º ano em redes municipais de diferentes regiões do Brasil. O levantamento partiu de um estudo quantitativo anterior, que ouviu 3.329 secretarias municipais de educação em 2023, identificando demandas, dificuldades e ações relativas a essa etapa.

A partir desse panorama, foram escolhidas dez redes municipais para a pesquisa qualitativa: Aquidauana (MS), Campo Alegre (AL), Cerquilha (SP), Fortaleza (CE), Igrejinha (RS), Joinville (SC), Tefé (AM), Uberlândia (MG), Ulianópolis (PA) e Valparaíso de Goiás (GO). A seleção considerou critérios como desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), taxas de aprovação e abandono, proporção de matrículas nos Anos Finais e existência de práticas específicas para essa etapa, além da diversidade regional e do porte dos municípios.

“O levantamento confirma que os desafios nos Anos Finais estão longe de serem resolvidos, inclusive em questões estratégicas, como a ampliação da educação integral em tempo integral. No entanto, ao identificarmos práticas que têm funcionado em contextos reais, sinalizamos caminhos concretos para que gestores e educadores possam aprimorar suas políticas”, afirma Patrícia Mota Guedes, superintendente do Itaú Social.

## **Transição, engajamento e saúde mental estão entre os principais desafios**

A pesquisa revelou que, apesar de existirem condições facilitadoras, como estratégia, prioridade política e parcerias institucionais, as redes municipais ainda enfrentam desafios significativos nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Entre eles, a transição do 5º para o 6º ano é apontada por 65% dos dirigentes como o principal obstáculo, em razão das mudanças de ambiente, múltiplos professores e novas dinâmicas. Apesar disso, mais da metade das redes não possui equipes dedicadas a apoiar

os estudantes nesse processo, e muitas não conseguem planejar a mudança entre os Anos Iniciais e os Finais de forma integrada.

O engajamento das famílias também é um grande desafio: 74% dos gestores relatam dificuldades para envolver os responsáveis na vida escolar, e 78% das redes têm problemas para implementar estratégias de aproximação, seja por falta de tempo, seja por carência de recursos.

A saúde mental de estudantes e professores surge como o principal problema para 75% dos dirigentes. O aumento de casos de ansiedade, depressão, *bullying* e automutilação — intensificados pelos efeitos da pandemia e da hiperconectividade — evidencia a gravidade da situação. A esse cenário somam-se a escassez de profissionais especializados e a baixa frequência do tema nas formações continuadas.

Outras dificuldades incluem a evasão e o abandono escolar, mais frequentes nos Anos Finais, impulsionados por fatores como vulnerabilidade social, necessidade de trabalho, desmotivação

e dificuldades de acesso. As estratégias adotadas, como a busca ativa e o apoio psicológico, embora importantes, ainda são insuficientes para reverter o quadro.

### **Boas práticas e fatores viabilizadores**

Para enfrentar os desafios dos Anos Finais do Ensino Fundamental, as redes de ensino adotam estratégias integradas que abrangem diversas áreas. Na transição do 5º para o 6º ano, priorizam-se a preparação antecipada de alunos e responsáveis, visitas às novas escolas e o alinhamento entre as equipes pedagógicas dos Anos Iniciais e Finais, com professores acolhedores e a introdução gradual da dinâmica de múltiplos docentes, estendendo também o apoio à transição para o Ensino Médio.

Para aproximar escola e família, utilizam-se canais digitais flexíveis, reuniões em horários acessíveis e programas que orientam os responsáveis sobre o apoio à aprendizagem. A saúde mental recebe atenção por meio da formação de equipes multiprofissionais, combate ao *bullying*, protocolos específicos e incentivo à autonomia estudantil. Na inclusão, fortalece-se a articulação entre professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e da sala comum, com formações para a comunidade escolar e equipes especializadas para avaliação e encaminhamento.

Com o objetivo de garantir frequência e permanência, há o incentivo ao monitoramento de presenças, envolvimento das famílias, implementação de programas de busca ativa, atuação em rede e flexibilização de calendários em áreas com dificuldades de acesso. A gestão pedagógica prioriza o alinhamento curricular, avaliações frequentes, observação de aulas, *feedbacks* e protocolos de intervenção.

A formação docente tem sido

“ O levantamento confirma que os desafios nos Anos Finais estão longe de serem resolvidos, inclusive em questões estratégicas, como a ampliação da educação integral em tempo integral. No entanto, ao identificarmos práticas que têm funcionado em contextos reais, sinalizamos caminhos concretos para que gestores e educadores possam aprimorar suas políticas.

Patrícia Mota Guedes, superintendente do Itaú Social

planejada a partir da utilização da hora-atividade, de incentivos, de parcerias e do alinhamento às necessidades dos Anos Finais, com base em avaliações e devolutivas contínuas. Já as estratégias de recomposição da aprendizagem incluem diagnósticos precisos, adaptação local dos projetos, transporte escolar quando necessário, ambientes acolhedores com metodologias diversificadas e formação continuada específica para garantir a recuperação das defasagens e o avanço dos estudantes.

### **Reflexões e recomendações**

O estudo ressalta que não há soluções universais para os desafios dos Anos Finais, mas a troca de experiências e o aperfeiçoamento contínuo das práticas adotadas podem impulsionar avanços significativos no ensino público municipal. A pesquisa não tem o objetivo de eleger as “melhores” políticas ou redes, mas bus-

ca compreender e compartilhar exemplos de práticas implementadas em diferentes contextos, respeitando as particularidades de cada realidade.

O levantamento reforça a importância de investir em estratégias integradas que envolvam gestão, formação, apoio aos estudantes e participação das famílias, reconhecendo que a superação dos desafios dos Anos Finais do Ensino Fundamental é um processo coletivo e contínuo, que demanda compromisso, inovação e colaboração entre todos os atores da comunidade escolar.



Acesse o relatório da pesquisa

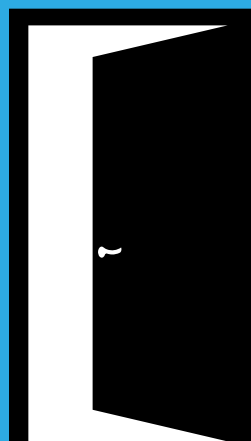


# Como proteger crianças e adolescentes de violências por meio da Busca Ativa Escolar

*Metodologia da estratégia orienta as equipes sobre como podem identificar e conduzir os casos de exclusão escolar relacionados às violências*

A violência contra crianças e adolescentes no Brasil é um problema multifacetado que impacta profundamente o acesso e a permanência de meninos e meninas dentro da escola. Seja física, psicológica, sexual, dentro de casa, seja no território, a violência cria um ambiente hostil que dificulta o desenvolvimento e o aprendizado, muitas vezes levando à evasão escolar e à perpetuação de ciclos de vulnerabilidade e exclusão.

Dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que, de 2021 a 2023, mais de 15 mil crianças e adolescentes (de 0 a 19 anos) foram mortos de forma violenta no Brasil, sendo que a arma de fogo é o principal instrumento utilizado nessas mortes. Desse total, 9.328 crianças e adolescentes assassinados eram negros. “Os números impressionam e dão conta de um cenário de muito risco para crianças e adolescentes no país”, disse o UNICEF em comunicado à imprensa.



No mesmo período, 165 mil meninas e meninos foram vítimas de violência sexual no país. De 2017 a 2020, a média era de 45 mil casos de violência sexual por ano. No entanto, a violência domiciliar é a que mais afeta meninas e meninos brasileiros. Cerca de 81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa, segundo dados do primeiro semestre de 2021 do Ministério dos Di-



Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse as páginas onde as publicações podem ser baixadas.



reitos Humanos e da Cidadania. Em 2022, foram documentados 22.527 casos de maus-tratos contra crianças e adolescentes (de 0 a 17 anos), um aumento de 13,8% em relação a 2021. A faixa de 5 a 9 anos é a mais afetada, seguida pelas faixas de 0 a 4 anos e de 10 a 13 anos.

### **O papel da escola na proteção de crianças e adolescentes**

A escola e os profissionais da educação têm um papel importante na proteção de crianças e adolescentes, de modo a assegurar que recebam o apoio necessário dos órgãos da rede de proteção para superar as vulnerabilidades e garantir seus direitos, especialmente à educação.

“Quando a gente pensa em uma educação que protege contra a violência, é fundamental discutir o acesso à educação e a permanência na escola como estratégias

de proteção, mas isso exige uma intencionalidade”, explica Ana Carolina Fonseca, oficial de Educação e Proteção do UNICEF.

A estratégia Busca Ativa Escolar (BAE), que com sua metodologia social e plataforma tecnológica já apoia estados e municípios no enfrentamento à exclusão escolar, também pode auxiliar os agentes públicos a identificar e enfrentar a violência contra crianças e adolescentes, principalmente por articular um trabalho intersetorial que envolve secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte, entre outras, além do Conselho Tutelar e organizações da sociedade civil.

“Os fatores que causam o abandono e a evasão escolar são múltiplos e não estão isolados. Comunicam-se entre si e reverberam nos espaços escolares e nos territórios onde as escolas estão construídas”, comentou

Maria Elza da Silva, dirigente municipal de Educação de Bonito (PE) e coordenadora do Grupo de Trabalho de Educação Infantil da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime) em videoconferência. “A estratégia Busca Ativa Escolar tem nos ajudado a identificar onde estão esses meninos e meninas e apontado os caminhos que podemos percorrer para devolver o seu direito de ter acesso à escola e nela permanecer e de ter acesso a uma educação com igualdade e equidade”, ressalta.

Por isso, é fundamental que as equipes da estratégia estejam preparadas para identificar sinais de violência e encaminhar esses casos aos órgãos competentes para investigação. Para auxiliar os profissionais da BAE nos estados e municípios a identificar e agir diante dessas situações, o UNICEF, a Undime e a Avante –

## **EXCLUSÃO ESCOLAR E VIOLÊNCIAS**



**Baixe as publicações!**



Educação e Mobilização Social desenvolveram uma série de publicações que buscam orientar esses profissionais a desenvolver intencionalmente esse trabalho da escola como espaço de proteção das crianças e adolescentes contra violências e violações de direitos. São quatro cadernos: o central, que apresenta como os fluxos da BAE e da Lei nº 13.431/2017 (que trata da escuta protegida) podem ser alinhados para garantir o acesso e a permanência na escola, e mais três temáticos, que abordam a Busca Ativa Escolar e a exclusão escolar motivada por violência nos territórios, violências intrafamiliar e doméstica e trabalho infantil.

“Fazemos um chamado com esses materiais sobre a necessidade de pensar [*a questão da evasão escolar e da violência*] desde a constituição do comitê gestor da estratégia, buscando compreender se há no seu município/bairro crianças e adolescentes que estão fora da escola por causa de alguma situação relacionada à violência, o que fazer para chegar até esses meninos e meninas e, principalmente, o que fazer por eles e elas. Há todo um preparo que as equipes precisam ter para saber lidar com essas situações e acionar o sistema de proteção da forma mais rápida possível, garantindo a segurança desses meninos e meninas e que não sejam revitimizados”, destaca Ana Carolina Fonseca.

As publicações estão disponíveis para download gratuito na Biblioteca da Busca Ativa Escolar e ajudam agentes públicos e sociais a organizar os fluxos de atendimento por meio das políticas públicas existentes.

## Evasão escolar e violências

### Violências no território

As violências no território podem se manifestar de diversas formas, como conflitos armados, operações policiais, assaltos, furtos, ameaças e violência sexual. Por isso, as equipes da Busca Ativa Escolar devem diagnosticar como as violências ocorrem nos territórios e direcionar esforços para identificar as situações que podem fragilizar o vínculo com a escola.

### Violências intrafamiliar e doméstica

Essas violências, que podem ser físicas e psicológicas e estão associadas à negligência e a maus-tratos, são as que mais atingem a infância e a adolescência e são cometidas por pessoas que as meninas e os meninos conhecem e nas quais confiam. Diante de suspeitas ou identificação desse tipo de violência, é fundamental que as equipes da BAE acolham a criança ou o adolescente sem julgamentos e, imediatamente, acionem a rede de proteção e comuniquem os órgãos competentes, como o Conselho Tutelar e as autoridades policiais, sempre a fim de evitar a revitimização.

### Trabalho infantil

A situação socioeconômica das famílias é um fator relevante para o trabalho infantil, que, por sua vez, é uma violação de direitos. O trabalho infantil pode se manifestar de diversas formas, desde crianças que nunca frequentaram a escola por precisarem realizar atividades domésticas ou cuidar de outros membros da família, até casos de faltas constantes que resultam em prejuízos na aprendizagem e reprovação. As equipes da BAE devem estar atentas a casos como esses para acionar órgãos como a Assistência Social e o Conselho Tutelar.

### Sinais das violências

É importante que os profissionais de educação estejam atentos a sinais como ausências frequentes e injustificadas, baixo rendimento escolar, mudanças repentinas de comportamento (isolamento, agressividade, tristeza excessiva), dificuldade em realizar tarefas escolares em casa e presença de comportamentos como passividade, apatia e choro. Essas observações cabem também para os demais profissionais das políticas públicas que participam da Busca Ativa Escolar.



# A EJA e o desafio de mudar a realidade

*Censo Escolar 2024 revelou que a modalidade perdeu 200 mil alunos*

Milhões de brasileiros depositam na Educação de Jovens e Adultos (EJA) a esperança de reescrever suas histórias. Mas o Censo Escolar 2024 revelou um dado preocupante: a queda contínua na oferta e nas matrículas da modalidade. De 2023 para 2024, foram quase 200 mil alunos a menos. Em uma década, 1,2 milhão de estudantes. Em 20 anos, a perda chega a quase 50% no período.

Os dados foram apresentados em coletiva de imprensa em abril sobre os resultados do Censo Escolar 2024, quando o ministro da Educação, Camilo Santana, reconheceu a baixa nas matrículas na EJA e afirmou que o Ministério da Educação (MEC) tem buscado induzir a ampliação das ofertas por meio de estímulos financeiros, mas destacou que a decisão final sobre abertura de turmas cabe aos entes federados.

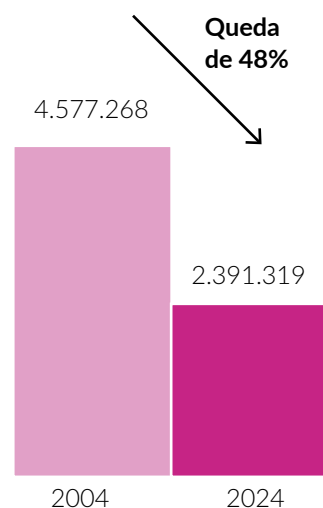
Enquanto o Brasil celebra avanços na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, com ta-

xas de matrículas crescentes, a realidade da EJA é diferente. É urgente que a realidade mude, pois ela atende justamente quem mais precisa: jovens e adultos que, por inúmeras razões — sociais, econômicas, raciais — não conseguiram estudar na idade certa ou foram obrigados a interromper a trajetória escolar.

Para a diretora de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi)/MEC, Ana Lucia Sanches, é preciso encarar o tema com profundidade e humanidade. “Falar de EJA é falar de excluídos. Por eles e por suas histórias, é fundamental que o Estado reconheça o princípio da educação ao longo da vida, como um direito inalienável”, defende Ana.

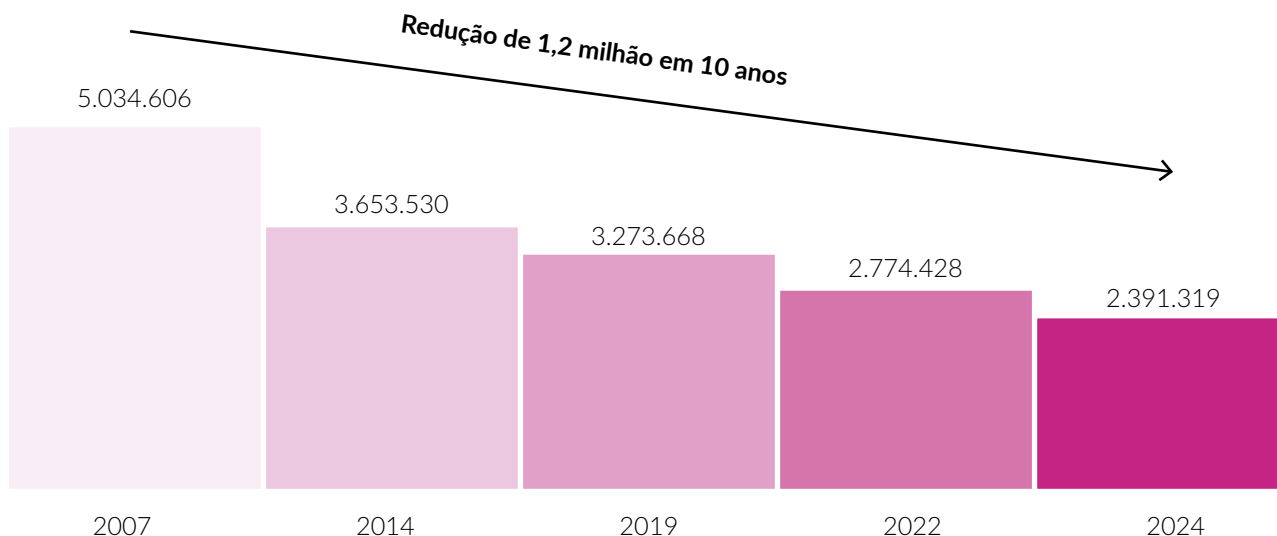
Ela explica que o mundo do trabalho mudou, especialmente após a pandemia, e que a informalidade, a urgência por renda e o cansaço da jornada dupla (ou

## A EJA perdeu quase 50% das matrículas em 20 anos



Fonte: Censo Escolar 2024

## Número de matrículas por ano



Fonte: Censo Escolar 2024

tripla) tornam a frequência escolar mais difícil. “Isso nos desafia a pensar uma EJA mais atrativa e mais próxima das pessoas, inclusive geograficamente”, finaliza a diretora do MEC.

### Caminhos para superar o analfabetismo

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil ainda tem mais de 11 milhões de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais. A maioria está na faixa dos 60 anos, vive no Nordeste e é negra ou parda — traços que revelam um país desigual, em que a educação continua sendo um dos maiores obstáculos para a cidadania plena.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), do MEC, criado em 2004 e revitalizado em 2024 com um novo ciclo até 2027, tem como proposta levar a alfabetização básica para os grupos mais vulneráveis da sociedade — os que não tiveram acesso à escola e, muitas vezes, nem sequer aprenderam a

escrever o próprio nome. O Programa prevê turmas em espaços sociais como igrejas, centros comunitários e associações de bairro, a fim de evitar longos deslocamentos. Em sua nova fase, integra o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos, que mobiliza a União, os estados e os municípios em torno de uma meta comum: garantir que nenhum brasileiro fique para trás.

O Pacto é uma política pública construída de forma colaborativa para superar o analfabetismo, elevar a escolaridade, ampliar a oferta de matrículas da EJA nas redes de ensino, inclusive entre os estudantes privados de liberdade, e aumentar a oferta integrada à educação profissional. A meta é que, em quatro anos, o Pacto alcance todos os 5.570 municípios do país. Todos os entes federados que aderiram ao Pacto Nacional Pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos podem aderir ao PBA.

Para o MEC, essa política pública incentiva estados e municípios a refletirem sobre a sua atuação em defesa das pessoas não alfabetizadas ou de baixa escolaridade. “Ainda há muito a fazer, mas o Pacto representa um importante impulso, por sua governança mobilizadora no território, por meio da criação de programas como o PNLD e o PDDE Equidade/EJA, o novo fator de ponderação do Fundeb, dos processos formativos dos entes federados sobre a demanda, e por assegurar uma oferta significativa: próxima de casa, sensível às necessidades do mundo do trabalho e afetivamente marcada por uma escola que acolhe e protege”, completa Ana Lucia.

A queda nas matrículas da EJA não significa apenas números a menos nas planilhas do Censo Escolar. É um alerta. Cada cidadão que não é alfabetizado representa uma história interrompida. Reverter esse cenário é, antes de tudo, um compromisso com o Brasil.



# Sustentabilidade: O futuro em nossas mãos!

A sustentabilidade segue sendo um dos grandes desafios e compromissos do nosso tempo — e a educação tem um papel essencial nessa transformação.

Com esse propósito, celebramos a **terceira edição do Prêmio Escolas Sustentáveis**, reconhecendo e dando visibilidade a projetos transformadores desenvolvidos por escolas públicas e privadas do Brasil, México e Colômbia,

nas etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA.

Depois de duas edições repletas de projetos inspiradores e ações de impacto real nas escolas e comunidades, seguimos firmes no compromisso de valorizar iniciativas que enfrentam desafios socioambientais com criatividade, engajamento e visão de futuro.

## VENHA FAZER PARTE DESSA MUDANÇA!

Conheça o nosso banco de iniciativas inspiradoras!



# Nova gestão, novo cadastro no **Conviva Educação!**

O **Conviva Educação** é uma plataforma gratuita desenvolvida pela Undime para Dirigentes Municipais de Educação (DME), equipes técnicas das secretarias e representantes das escolas.



## Por que usar o Conviva?

- ✓ Acesso autorizado para um representante por escola, promovendo integração com a Secretaria Municipal de Educação.
- ✓ Notícias diárias e vídeos formativos sobre os principais temas da gestão educacional.
- ✓ Memorial de Gestão: registro das ações da secretaria e apoio na transição entre mandatos.
- ✓ Recursos para organizar o trabalho da equipe: Agenda, Planejamento Anual e Plano de Ação.
- ✓ Ambiente seguro, com gestão de acessos e proteção dos dados de acordo com a LGPD.
- ✓ Conteúdos sempre atualizados, com base em marcos legais da educação.
- ✓ Ferramenta de importação do Censo Escolar para apoiar o planejamento e monitoramento de políticas.
- ✓ Indicadores educacionais e ferramenta para acompanhar o Plano Municipal de Educação.
- ✓ Suporte direto por WhatsApp, telefone e e-mail.

[convivaeducacao.org.br](http://convivaeducacao.org.br)



Para uma gestão ainda melhor, use o **Conviva!**



# Conheça as publicações da Undime



acesse as revistas



acesse os livros

## Faça parte da Undime



 [instagram.com/undimenacional](https://www.instagram.com/undimenacional)

 [x.com/undime](https://twitter.com/undime)

 [youtube.com/undimenac](https://www.youtube.com/undimenac)

 [facebook.com/undime](https://www.facebook.com/undime)

 [linkedin.com/company/undime-nacional](https://www.linkedin.com/company/undime-nacional)

Procure a seccional no seu estado e saiba como participar das atividades



Parceria Institucional